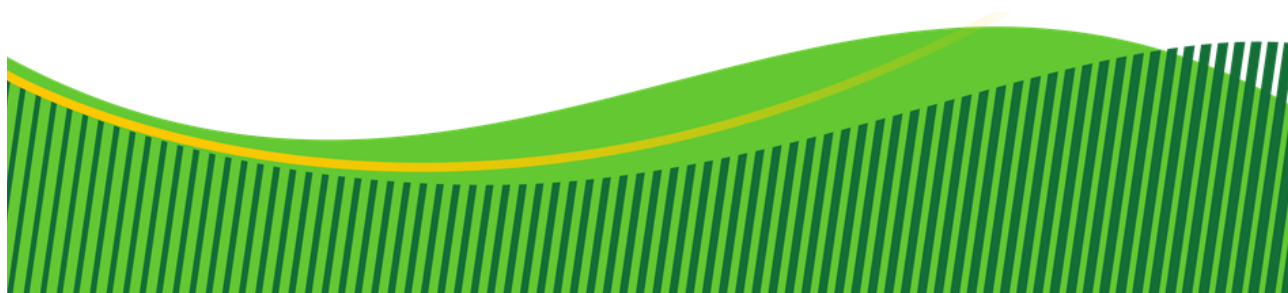


# Relatório Anual 2017

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro  
Av. Mostardeiro, 322  
10º andar – Moinhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
www.ey.com

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul,  
Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO  
Campo Grande - MS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC – 1SP214144/O-1

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO  
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>775.651</b>	<b>532.526</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>318.342</b>	<b>185.456</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	11.154	8.635	DEPÓSITOS (NOTA 11)	125.960	93.804
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	10.243	-	Depósitos à Vista	111.790	88.713
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.243	-	Depósitos a Prazo	14.170	5.091
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	389.569	298.415	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	149.151	62.616
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	48	3	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	3	1
Depósitos no Banco Central	-	45	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	149.148	62.615
Correspondentes no país	3	1	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.549	693
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	389.518	298.366	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.549	693
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	330.120	198.755	OUTRAS OBRIGAÇÕES	41.682	28.343
Operações de Crédito	349.237	218.122	Cobrança e Arrecadação de Tributos	160	60
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(19.117)	(19.367)	Sociais e Estatutárias	3.794	2.229
OUTROS CRÉDITOS	28.249	22.084	Fiscais e Previdenciárias	1.180	1.128
Créditos por Avais e Fianças Honorados	25	11	Diversas (NOTA 13)	36.548	24.926
Rendas a Receber	954	832			
Diversos (NOTA 07)	27.774	21.618			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(504)	(377)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	6.316	4.637			
Outros Valores e Bens	6.822	4.862			
(Provisão para desvalorização)	(584)	(275)			
Despesas Antecipadas	78	50			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>132.328</b>	<b>100.009</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>445.159</b>	<b>330.982</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	132.328	100.009	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	445.159	330.982
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	615	560	DEPÓSITOS (NOTA 11)	442.313	329.509
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	615	560	Depósitos a Prazo	442.313	329.509
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	98.093	71.265	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	2.846	1.473
Operações de Crédito	109.398	80.491	Repasse Interfinanceiros	2.846	1.473
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.305)	(9.226)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	140	1			
Diversos	140	1			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	12.085	12.026	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>144.478</b>	<b>116.097</b>
Outros Investimentos	12.085	12.026	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	84.569	71.700
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	17.572	12.882	De Domiciliados no País	127.048	103.543
Imóveis de Uso	596	770	(Capital a Realizar)	(42.479)	(31.843)
Outras Imobilizações de Uso	23.179	18.103	RESERVAS DE SOBRAS	54.691	41.594
(Depreciação acumulada)	(6.203)	(5.991)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	3.823	3.275	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	5.218	2.803
Outros Ativos Intangíveis	6.593	5.229			
(Amortização acumulada)	(2.770)	(1.954)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>907.979</b>	<b>632.535</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>907.979</b>	<b>632.535</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO  
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>54.024</b>	<b>(1)</b>	<b>54.023</b>	<b>101.013</b>	<b>(1)</b>	<b>101.012</b>	<b>88.238</b>	<b>20</b>	<b>88.258</b>
Operações de Crédito	53.769	-	53.769	100.729	-	100.729	87.879	20	87.899
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	267	-	267	298	-	298	359	-	359
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(12)	(1)	(13)	(14)	(1)	(15)	-	-	-
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(32.169)</b>	<b>(288)</b>	<b>(32.457)</b>	<b>(59.268)</b>	<b>(432)</b>	<b>(59.700)</b>	<b>(61.233)</b>	<b>(256)</b>	<b>(61.489)</b>
Operações de Captação no Mercado	(16.433)	(27)	(16.460)	(34.528)	(46)	(34.574)	(37.335)	(78)	(37.413)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.755)	(261)	(5.016)	(7.500)	(386)	(7.886)	(3.422)	(178)	(3.600)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.981)	-	(10.981)	(17.240)	-	(17.240)	(20.476)	-	(20.476)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>21.855</b>	<b>(289)</b>	<b>21.566</b>	<b>41.745</b>	<b>(433)</b>	<b>41.312</b>	<b>27.005</b>	<b>(236)</b>	<b>26.769</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(12.171)</b>	<b>2.258</b>	<b>(9.913)</b>	<b>(18.897)</b>	<b>4.153</b>	<b>(14.744)</b>	<b>(13.756)</b>	<b>4.366</b>	<b>(9.390)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	5.115	5.346	10.461	9.076	9.636	18.712	6.566	6.841	13.407
Rendas de Tarifas Bancárias	7.056	-	7.056	12.950	-	12.950	10.345	3	10.348
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(15.738)	(1.107)	(16.845)	(28.969)	(1.891)	(30.860)	(23.836)	(1.623)	(25.459)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(14.539)	(1.524)	(16.063)	(27.074)	(2.685)	(29.759)	(21.671)	(2.283)	(23.954)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(74)	(265)	(339)	(148)	(480)	(628)	(115)	(343)	(458)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	17.342	480	17.822	36.553	654	37.207	40.755	3.162	43.917
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(11.333)	(672)	(12.005)	(21.285)	(1.081)	(22.366)	(25.800)	(1.391)	(27.191)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>9.684</b>	<b>1.969</b>	<b>11.653</b>	<b>22.848</b>	<b>3.720</b>	<b>26.568</b>	<b>13.249</b>	<b>4.130</b>	<b>17.379</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>86</b>	<b>(3)</b>	<b>83</b>	<b>(519)</b>	<b>2</b>	<b>(517)</b>	<b>(222)</b>	<b>(20)</b>	<b>(242)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>9.770</b>	<b>1.966</b>	<b>11.736</b>	<b>22.329</b>	<b>3.722</b>	<b>26.051</b>	<b>13.027</b>	<b>4.110</b>	<b>17.137</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>485</b>	<b>485</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	283	283	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	202	202	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>9.770</b>	<b>2.451</b>	<b>12.221</b>	<b>22.329</b>	<b>3.722</b>	<b>26.051</b>	<b>13.027</b>	<b>4.110</b>	<b>17.137</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.722</b>	<b>(3.722)</b>	<b>-</b>	<b>4.110</b>	<b>(4.110)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>9.770</b>	<b>2.451</b>	<b>12.221</b>	<b>26.051</b>	<b>-</b>	<b>26.051</b>	<b>17.137</b>	<b>-</b>	<b>17.137</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(20.833)</b>	<b>-</b>	<b>(20.833)</b>	<b>(14.334)</b>	<b>-</b>	<b>(14.334)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.996)	-	(5.996)	(5.408)	-	(5.408)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.740)	-	(1.740)	(934)	-	(934)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(10.436)	-	(10.436)	(5.606)	-	(5.606)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.661)	-	(2.661)	(2.386)	-	(2.386)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.218</b>	<b>-</b>	<b>5.218</b>	<b>2.803</b>	<b>-</b>	<b>2.803</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União**  
**CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22**

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>59.896</b>	<b>33.602</b>	<b>3.390</b>	<b>96.888</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.679	-	(3.342)	(1.663)
Outras destinações	-	-	(48)	(48)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	10.625	-	-	10.625
Baixas de capital	(5.774)	-	-	(5.774)
Resultado do período	-	-	17.137	17.137
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(934)	(934)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.606	(5.606)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.274	-	(5.408)	(134)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.386	(2.386)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>71.700</b>	<b>41.594</b>	<b>2.803</b>	<b>116.097</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>11.804</b>	<b>7.992</b>	<b>(587)</b>	<b>19.209</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>71.700</b>	<b>41.594</b>	<b>2.803</b>	<b>116.097</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.382	-	(2.753)	(1.371)
Outras destinações	-	-	(50)	(50)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	12.606	-	-	12.606
Baixas de capital	(6.962)	-	-	(6.962)
Resultado do período	-	-	26.051	26.051
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.740)	(1.740)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.436	(10.436)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.843	-	(5.996)	(153)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.661	(2.661)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>84.569</b>	<b>54.691</b>	<b>5.218</b>	<b>144.478</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>12.869</b>	<b>13.097</b>	<b>2.415</b>	<b>28.381</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)</b>	<b>74.693</b>	<b>41.594</b>	<b>13.830</b>	<b>130.117</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	7.318	-	-	7.318
Baixas de capital	(3.285)	-	-	(3.285)
Resultado do período	-	-	12.221	12.221
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.740)	(1.740)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.436	(10.436)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.843	-	(5.996)	(153)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.661	(2.661)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>84.569</b>	<b>54.691</b>	<b>5.218</b>	<b>144.478</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>9.876</b>	<b>13.097</b>	<b>(8.612)</b>	<b>14.361</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia -  
Sicredi União MS/TO  
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

	01/07/2017 a 31/12/2017	(Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>15.810</b>		<b>30.112</b>	<b>20.124</b>
Resultado do semestre/exercício	12.221		26.051	17.137
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>3.589</b>		<b>4.061</b>	<b>2.987</b>
Provisão para operações de crédito	3.653		1.829	1.353
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(163)		309	62
Provisão para desvalorização de outros créditos	72		127	65
Depreciação do imobilizado de uso	1.301		2.363	1.583
Amortização do intangível	400		817	456
Baixas do ativo permanente	75		119	123
Provisão para passivos contingentes	99		78	91
Destinações ao FATES	(1.740)		(1.740)	(934)
Dividendos SicrediPar	(108)		159	188
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>21.360</b>		<b>68.085</b>	<b>98.905</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(10.267)		(10.298)	(560)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	7.745		(45)	155
(Aumento) Redução em créditos vinculados	19		46	(46)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	3		(2)	374
(Aumento) em operações de crédito	(129.841)		(160.022)	(47.789)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	70.422		87.908	23.507
(Aumento) em outros créditos	(5.120)		(6.591)	(4.537)
(Aumento) em outros valores e bens	(795)		(1.988)	(2.160)
Aumento em depósitos	75.936		144.960	122.315
Aumento em relações interdependências passivas	653		856	93
Absorção de dispêndios pelo FATES	(81)		(584)	(995)
Aumento em outras obrigações	12.686		13.845	8.548
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>37.170</b>		<b>98.197</b>	<b>119.029</b>
Aquisição de Investimentos	-		(59)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.566)		(7.173)	(4.733)
Aplicações no Intangível	(789)		(1.364)	(1.073)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(5.355)</b>		<b>(8.596)</b>	<b>(5.806)</b>
Integralização de capital	7.318		12.606	10.625
Baixa de capital	(3.285)		(6.962)	(5.774)
Juros ao capital próprio	(153)		(153)	(134)
Distribuição de Sobras	-		(1.421)	(1.711)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>3.880</b>		<b>4.070</b>	<b>3.006</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>35.695</b>		<b>93.671</b>	<b>116.229</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	364.977		307.001	190.772
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	400.672		400.672	307.001

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 26/08/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>			
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(61.864)</b>	<b>375</b>	<b>(61.489)</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.851)	375	(20.476)
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(9.015)</b>	<b>(375)</b>	<b>(9.390)</b>
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(25.096)	1.142	(23.954)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(25.674)	(1.517)	(27.191)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira**

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

**h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**i) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**j) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**k) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

#### l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

#### p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	11.154	8.635
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	389.518	298.366
Total	400.672	307.001

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

### NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.243	-
Depósitos Interfinanceiros em Ligadas	10.243	-
Total circulante	10.243	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	615	560
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	615	560
Total realizável a longo prazo	615	560

**NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	225.920	102.406	328.326	248.648
Financiamentos	4.452	4.143	8.595	7.209
Financiamentos rurais e agroindustriais	118.865	2.849	121.714	42.756
Carteira total	349.237	109.398	458.635	298.613

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	25	-	25	11
Devedores por compra de valores e bens	10	30	40	-
Títulos e créditos a receber (i)	21.300	2	21.302	14.563
Total	21.335	32	21.367	14.574

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	27	61	-	-
Nível A	0,50	201.117	136.314	1.006	682
Nível B	1,00	150.724	86.368	1.548	864
Nível C	3,00	63.363	35.552	1.901	1.067
Nível D	10,00	28.126	20.386	2.813	2.038
Nível E	30,00	12.175	9.659	3.653	2.897
Nível F	50,00	3.883	4.506	1.942	2.252
Nível G	70,00	8.413	3.905	5.889	2.734
Nível H	100,00	12.174	16.436	12.174	16.436
Total (i)		480.002	313.187	30.926	28.970

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			Total da Carteira	2016
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	5.426	47.932	100.284	72.690	226.332	163.400
Rural	320	9.337	109.208	2.849	121.714	42.756
Industrial	44	449	525	526	1.544	630
Comércio	1.384	22.435	21.119	13.070	58.008	430.303
Outros Serviços	1.423	18.693	31.993	20.295	72.404	63.098
Total	8.597	98.846	263.129	109.430	480.002	313.187

**d) Concentração das operações de crédito**

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	49.900	10,40	35.510	11,34
50 devedores seguintes	98.907	20,61	62.312	19,90
100 devedores seguintes	78.984	16,45	45.203	14,43
Demais	252.211	52,54	170.162	54,33
Total	480.002	100	313.187	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	28.970	27.552
Constituição de provisão	17.240	20.476
Movimentação de baixados para prejuízo	(15.284)	(19.058)
Saldo final	30.926	28.970

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 5.335 (2016 - R\$ 4.997), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 28.171 (2016 - R\$ 15.013).

**NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	283	221
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.752	3.634
Devedores por compra de valores e bens	10	-
Devedores por depósitos em garantia	102	67
Impostos e contribuições a compensar	515	556
Títulos e créditos a receber	21.300	14.562
Valores honrados	151	-
Operações com cartões	98	81
Pendências a regularizar	558	112
Outros	1.005	2.385
<b>Total Circulante</b>	<b>27.774</b>	<b>21.618</b>

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	108	-
Devedores por compra de valores e bens	30	-
Títulos e créditos a receber	2	1
<b>Total realizável a longo prazo</b>	<b>140</b>	<b>1</b>

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS**

	2017	2016
Bens não de uso próprio	6.800	4.857
Imóveis	5.399	4.117
Veículos e afins	390	533
Bens em regime especial	1.011	207
Material em estoque	22	5
Despesas antecipadas	78	50
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(584)	(275)
<b>Total Circulante</b>	<b>6.316</b>	<b>4.637</b>

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 584 (2016 - R\$ 275) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	6.155	6.097
Sicredi Participações S.A.	5.925	5.925
Outras Participações e Investimentos	5	4
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
Outras Ações e Cotas	1	-
<b>Total</b>	<b>12.085</b>	<b>12.026</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	1.921.479 ON	1.921.479 ON	4	4	6.155.182	6.097.005
	4.003.515 PN	4.003.515 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,68%	0,68%	2,44%	2,53%	15,57%	18,36%
Capital social	874.847	869.279	164	165	39.522	33.215
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	41.926	35.663
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	135	308
Valor do investimento	5.925	5.925	4	4	6.155	6.097

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	23.775	(6.203)	17.572	12.882
Imobilizações em curso	-	1.242	-	1.242	3.843
Terrenos	-	6	-	6	6
Edificações	4%	590	(126)	464	511
Instalações	10%	14.444	(3.123)	11.321	5.564
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.540	(1.313)	2.227	1.559
Sistema de comunicação	10%	206	(61)	145	86
Sistema de processamento de dados	20%	2.965	(1.360)	1.605	1.036
Sistema de segurança	10%	253	(90)	163	102
Sistema de transporte	20%	529	(130)	399	175
Intangível (i)		6.593	(2.770)	3.823	3.275
Investimentos Confederação		6.593	(2.770)	3.823	3.275
<b>Total</b>		<b>30.368</b>	<b>(8.973)</b>	<b>21.395</b>	<b>16.157</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	111.790	-	-	111.790	88.713
Depósitos a prazo	4.641	9.529	442.313	456.483	334.600
<b>Total</b>	<b>116.431</b>	<b>9.529</b>	<b>442.313</b>	<b>568.273</b>	<b>423.313</b>

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	118.445	41.296
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	118.445	41.296
Outros Recursos	30.703	21.319
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	30.703	21.319
<b>Total circulante</b>	<b>149.148</b>	<b>62.615</b>
Recursos do Crédito Rural	2.846	1.473
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.846	1.473
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>2.846</b>	<b>1.473</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 10,39% a.a. com vencimentos até 03/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	1.801	570
Obrigações por convênios oficiais	3	-
Provisão para pagamentos a efetuar	7.075	5.561
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	235	157
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.058	595
Pendências a regularizar	546	308
Operações com cartões	21.028	14.097
Demais fornecedores	2.450	1.954
Credores diversos	2.352	1.684
Total circulante	36.548	24.926

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	112	70	(13)	169
Cível	45	98	(77)	66
Total	157	168	(90)	235

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	169	112
Cível	Provável	66	45
Total		235	157

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 936 e R\$ 1.235 (2016 - R\$ 11 e R\$ 390), respectivamente.

**NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	84.569	71.700
Total de associados	43.378	39.442

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 12.869 (2016 – R\$ 11.804), sendo R\$ 7.225 (2016 – R\$ 6.953) via integralização de resultados e R\$ 12.606 (2016 – R\$ 10.625), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 6.962 (2016 – R\$ 5.774).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.996, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

**c) Destinações**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

**NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	26.051	17.137
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(10.941)	(7.198)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	69	(8)
Provisão PPR	26	31
Receita com atos cooperativos	9.378	5.471
Juros sobre capital próprio	2.518	2.271
Outros	(1.050)	(567)
Subtotal	10.941	7.198
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

**NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	10.858	560
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	389.518	298.366
Outros Créditos - Rendas a receber	744	360
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.003	1.893
Investimentos (Nota 09)	12.084	12.025
Intangível (Nota 10)	3.823	3.275
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	151.994	64.088
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	20.632	13.453
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	298	359
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	937	549
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	33.940	37.057
<b>Despesas</b>		
Operações de Captação no Mercado	-	4
Operações de Empréstimos e Repasses	7.886	3.600
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	1.500	1.645
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	12.121	9.594

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	159	0,14%	145
Depósitos a prazo	520	0,11%	508
Operações de crédito	303	0,07%	550



**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

<b>Benefícios</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Pessoas chave da administração	<b>2.336</b>	2.153

**NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	<b>2017</b>	<b>2016 (Reapresentado)</b>
Despesa de água, energia e gás	<b>837</b>	673
Despesa de aluguéis	<b>3.371</b>	2.512
Despesa de comunicação	<b>1.675</b>	1.424
Despesa de manutenção e conservação	<b>1.642</b>	1.184
Despesa de material	<b>490</b>	341
Despesa processamento dados	<b>449</b>	356
Despesa de promoções e relações públicas	<b>2.788</b>	2.339
Despesa de propaganda e publicidade	<b>586</b>	349
Despesa de seguro	<b>945</b>	609
Despesa de serviços do sistema financeiro	<b>3.470</b>	2.886
Despesa de serviços de terceiros	<b>1.074</b>	563
Despesa de serviços de vigilância e segurança	<b>1.312</b>	1.127
Despesa de serviços de técnicos especializados	<b>1.180</b>	989
Despesa de serviços de transportes	<b>1.695</b>	1.285
Despesa de viagem	<b>964</b>	784
Outras despesas administrativas	<b>7.281</b>	6.533
<b>Total</b>	<b>29.759</b>	23.954

**NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Recuperação de encargos e despesas	<b>622</b>	999
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	<b>33.768</b>	34.321
Reversão de provisões operacionais	<b>1.514</b>	2.033
Outras rendas operacionais	<b>1.303</b>	6.564
<b>Total</b>	<b>37.207</b>	43.917

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	<b>2017</b>	<b>2016 (Reapresentado)</b>
Descontos concedidos em renegociação e crédito	<b>3.463</b>	4.708
Contribuição O.C.E.	<b>128</b>	153
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	<b>864</b>	622
Contribuição Confederação Sicredi	<b>7.239</b>	5.326
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	<b>1.730</b>	1.467
Encargos da administração financeira	<b>195</b>	188
Repasse administradora de Cartões	<b>762</b>	766
Depreciação e amortização	<b>817</b>	462
Outras provisões operacionais	<b>1.823</b>	1.717
Outras despesas operacionais	<b>5.345</b>	11.782
<b>Total</b>	<b>22.366</b>	27.191

**NOTA 21 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	23.158	20.890
Total	23.158	20.890

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 22 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

**II - Risco de Mercado**

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

### III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

### IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

### VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

**NOTA 23 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

<b>Limites operacionais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>141.729</b>	114.510
<b>Nível I (NI)</b>	<b>141.729</b>	114.510
<b>Capital principal - CP</b>	<b>141.729</b>	114.510
Capital social	84.569	71.700
Reservas de capital	54.691	41.594
Lucros acumulados	5.218	2.803
Ajustes Prudenciais	(2.749)	(1.587)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>619.144</b>	417.797
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>2.395</b>	2.136
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>74.324</b>	71.116
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>22,89%</b>	27,41%
Situação de Imobilização (Imob)	18.652	14.576
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>13,16%</b>	12,73%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

**NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

---

Luis Guilherme Salles Trindade

Diretor Executivo

CPF: 791.058.079-72

---

Lucelia Ganzer  
Diretora de Operações  
CPF: 858.267.071-00

---

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20